**MODELO**

**Parecer do Órgão Jurídico e Declaração do Chefe do Poder Executivo do Município/Estado de**

Em atendimento ao disposto no § 1º do art. 32 da Lei Complementar nº 101, de 2000 e no
§ 2º do artigo 1º da Portaria MF nº 151, de 12/04/2018, no âmbito de pleito constante do processo nº **17944.XXXXXX/AAAA-DV** para contratar operação de crédito com garantia da União entre ***[nome do Ente] e*** ***[nome da instituição financeira]***, no valor de [R$/US$] ***[valor da operação]***, destinada ***[ao/à]*** ***[destinação da operação de crédito conforme a lei autorizadora]***, declaro que:

I – O Município/Estado de       cumpre com o disposto no inciso III do artigo 167 da Constituição Federal e seguem, no anexo I desta Declaração, as informações necessárias para a Secretaria do Tesouro Nacional verificar tal cumprimento, bem como segue, em anexo a este documento, o Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas (Anexo nº 1 da Lei nº 4.320/1964) relativo ao orçamento do exercício em curso (LOA de 2019). *[Para documentos enviados após 30 de janeiro, incluir ainda a seguinte frase]:* Ademais, envio, em anexo a este documento, Certidão do Tribunal de Contas competente atestando o cumprimento do artigo 167, inciso III, da Constituição Federal (Regra de Ouro) ou do art. 12, §2º da LRF, para o exercício de 2018.

II – A operação de crédito pleiteada, a ser contratada pelo Município/Estado de       junto [ao/à] [Nome do credor]      , atende às seguintes condições:

1. existência de prévia e expressa autorização legislativa, no texto da Lei Municipal/Estadual nº      , de DD de MMMMM de 20XX; e
2. existência de dotação na lei orçamentária (LOA 2019: Lei Municipal/Estadual nº      , de DD de MMMMM de 20XX) para o ingresso de recursos provenientes da operação, o aporte de contrapartida, assim como os encargos decorrentes da operação, e de previsão no plano plurianual (Lei Municipal/Estadual nº      , de DD de MMMMM de 20XX).

III – O Município/Estado de       cumpre o limite constitucional mínimos relativo aos gastos em educação (art. 212 da Constituição Federal) para o último exercício encerrado (2018), e cumpre o limite constitucional mínimos relativo aos gastos em saúde (art. 198 da Constituição Federal) para o último e o penúltimo exercícios encerrados (2018 e 2017), e para tal comprovação, envio, em anexo, Certidão do Tribunal de Contas competente atestando tal cumprimento.

*[Utilizar uma das seguintes redações para o item IV, conforme o caso]:*

IV - O Município/Estado de       **não** assinou contrato na modalidade Parceria Público-Privada (PPP).

IV - O Município/Estado de       assinou contrato(s) na modalidade Parceria Público-Privada (PPP) e cumpre com os limites estabelecidos no art. 28 da Lei nº 11.079/2004, de maneira que a soma das despesas de caráter continuado derivadas do conjunto das parcerias já contratadas não excedeu, no último exercício encerrado (2018), a 5% (cinco por cento) da receita corrente líquida do exercício e tampouco as despesas anuais dos contratos vigentes nos 10 (dez) anos subsequentes excedem a 5% (cinco por cento) da receita corrente líquida projetada para os respectivos exercícios e segue, no anexo II desta Declaração, Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas (PPP), nos moldes do anexo 13 do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) e do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) da STN. *[Preencher tabela do Anexo II deste documento]*

***[Local e data]***.

|  |
| --- |
| ***[Assinatura do representante do órgão jurídico]*** |
| ***[Nome e cargo do representante do órgão jurídico]*** |

|  |
| --- |
| ***[Assinatura do Chefe do Poder Executivo]*** |
| ***[Prefeito do Município de ...]*** |

**ANEXO I**

|  |
| --- |
| **Exercício anterior (2018)** |
| **Despesas de capital executadas no exercício anterior: liquidadas até o dia 31/12 do exercício anterior + inscritas em restos a pagar não processados, conforme RREO do 6º bimestre do exercício anterior (a)** | R$ |
| Despesas previstas para reserva relativa ao art. 33 da LRF - operações de crédito nulas (b) | R$ |
| Despesas previstas para empréstimo ou financiamento (incentivo fiscal) a contribuinte (c) | R$ |
| Inversões financeiras na forma de participação acionária em empresas não controladas (d) | R$ |
| **Total de deduções (e = b + c + d)** | R$ |
| **Despesas de capital executadas no exercício anterior ajustadas** **(f = a - e)** | R$ |
| Receitas de operações de crédito realizadas até o 6º bimestre do exercício anterior (g) | R$ |
| ARO contratada e não paga do exercício anterior (h) | R$ |
| **Liberações ajustadas (i = g + h)** | R$ |

|  |
| --- |
| **Exercício corrente (2019)** |
| **Despesas de capital previstas no orçamento - dotação atualizada no último RREO exigível ou Anexo I da LOA (janeiro a março) (a)** | R$ |
| Despesas previstas para reserva relativa ao art. 33 da LRF - operações de crédito nulas (b) | R$ |
| Despesas previstas para empréstimo ou financiamento (incentivo fiscal) a contribuinte (c) | R$ |
| Inversões financeiras na forma de participação acionária em empresas não controladas (d) | R$ |
| **Total de deduções (e = b + c + d)** | R$ |
| **Despesas de capital do exercício corrente ajustadas (f = a - e)** | R$ |
| **Desembolso previsto, no exercício corrente, da operação de crédito pleiteada (g)** | R$ |
| **Desembolsos previstos, no exercício corrente, de outras operações de crédito ainda não contratadas, em fase de tramitação na STN ou nas instituições financeiras (h)** | R$ |
| **Desembolsos previstos, no exercício corrente, de outras operações de crédito já contratadas, com liberações previstas no exercício corrente (i)** | R$ |

Observações: As informações apresentadas neste Anexo poderão ser atualizadas com base nos dados constantes do último Relatório Resumido de Execução Orçamentária exigível e publicado pelo ente da Federação pleiteante no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – SICONFI.

Salienta-se ainda que, quando do preenchimento da tabela “exercício anterior” deste Anexo I, ainda não esteja homologado o RREO do 6º bimestre do exercício anterior, as informações devem ser preenchidas com base no RREO do 5º bimestre incluídos os ajustes necessários relativos ao período do sexto bimestre. Ou seja, devem ser preenchidas informações relativas à posição de 31/12 do exercício anterior, independentemente do RREO do 6º bimestre do exercício anterior estar homologado no Siconfi.

**ANEXO II**

**Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas (PPP): período de 2018a 2028**

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **Exercício anterior (2018)** | **Exercício corrente (EC): 2019** | **<EC + 1>** | **<EC + 2>** | **<EC + 3>** | **<EC + 4>** | **<EC + 5>** | **<EC + 6>** | **<EC + 7>** | **<EC + 8>** | **<EC + 9>** |
| **Total de Despesas de PPP (I)** |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| PPP a contratar (II) |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Total das despesas para limite (III) |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Receita Corrente Líquida (IV) |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Total de despesas / RCL (III/IV) |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |

Observação: As informações apresentadas neste Anexo poderão ser confrontadas e atualizadas com base nos dados constantes do último Relatório Resumido de Execução Orçamentária exigível e publicado pelo ente da Federação pleiteante no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – SICONFI.